www.oabmt.org.br

JORNAL DA OAB MATO GROSSO 80 ANOS

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - MATO GROSSO | NÚMERO 0013 | ABRIL DE 2014

Alterada redação que regulava expedição de alvará

Após pedidos da OAB/MT, Corregedoria entende que se houver procuração outorgando ao advogado poder para receber valores, não há necessidade de poderes especiais. **PAG 4**

OAB/MT se une ao Crea/MT e CRC para fiscalizar obras da Copa

PAG 5

CAA/MT cumpre seu papel social e leva serviços gratuitos a escritórios

PAGS 10

OAB/MT Mulher é lançado em consonância com ONU

PAG. 14

Pagamento de honorários em alvará pode ser separado

PAG. 19

Mala Direta Postal
Especial
9912328815/2013/DR/MT
OAB MT
CORREIOS

DIRETORIA OAB/MT

Presidente:
Maurício Aude

Vice-presidente:
Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral:
Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto:
Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro:
Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábile Ribeiro
Duílio Piato Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabio de Sá Pereira
Glaucio Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castrequini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Osvaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo
Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Naves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignoti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente:
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente:
Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral:
Helmut Flavio Preza Daltro

Secretária-Adjunta:
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro:
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Junior
Jose Antonio Gasparelo Junior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Bruno Oliveira Castro
Diretor Presidente

Dejango Riber Oliveira Campos
Diretor Adjunto

Fabiana Curi
Secretária

Welder Queiroz dos Santos
Secretário Adjunto

Marcelo Antonio Theodoro
Coordenador Pedagógico

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix
Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUVIDORIA

Geandre Bucair Santos
Ouvidor-Geral

Giselle Jovelina Dias de Carvalho
Ouvidora-adjunta -

Contatos: (65) 3613-0965

EXPEDIENTE

Jornalista:

Lídice Lannes - DRTMT 810 e
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Estagiária:
Heide Castilho

Fotografias:
José Medeiros e Adia Borges
Fotos da Terra

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928 –
imprensaoabmt@gmail.com
CAA/MT (65) 3644-1006 –
caamt@caamt.com.br

Publicidade:

Boletim Informativo – Comunicação Institucional

Tiragem:
15.000 exemplares

OAB Mato Grosso – 2ª Avenida Transversal s/n, Centro Político Administrativo – CEP: 78.049-914 – CUIABÁ/MT – Tel.: (65) 3613-0928 Fax: (65) 3613-0921
Editoria de Arte:

Diagramação e Edição de Arte:

Erickson Souza Thaines
gauchothaines@hotmail.com.br

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Luiz da Penha Corrêa
Presidente

Ademar Santana Franco
Vice-Presidente

Jozaira Rita Seixas Guedes
Secretária-Geral

Fabiane Battistetti Berlanga
Secretária Adjunta

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito – Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva – Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha – Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães – Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior – Cáceres
João Ricardo Moreira – Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas – Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho – Mirassol D'oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos – Cuiabá
Marcus Augusto Giraldi Macedo – Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello – Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti – Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse – Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby – Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira – Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima – Mirassol D'oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo – Cuiabá
Vilson Pedro Nery – Cuiabá
Contato: (65) 3613-0965
Plantão de Prerrogativas (24 horas): (65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

João Batista Beneti
Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva
Vice-Presidente

Silvano Macedo Galvão
Secretário-Geral

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravanello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuani
Gelison Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piato
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amalia Alves
Bruno Ferreira Alegria
Contato: (65) 3613-0935

ÍNDICE

6 Voto do CNJ que garante assento a advocacia é enviado a tribunais

6 Diretoria requer acessibilidade no TRT/MT

11 Happy Hour Cultural recebe elogios dos advogados

12 Encontro de advogados, cidadania e obra marcam circulação em Sorriso

19 Comissão consegue ferramenta de habilitação automática em Projudi

DIRETORIA

Alterada redação que regulava expedição de alvarás

Após reiterados pedidos da OAB/MT, a Corregedoria-Geral da Justiça pacificou o entendimento de que havendo procuração outorgando ao advogado poderes para receber valores, nos exatos termos do Código de Processo Civil e do Estatuto da OAB, não há necessidade de poderes especiais para tanto.

Para o presidente da Seccional, Maurício Aude, a mudança vem ao encontro da advocacia.

"Sempre buscamos resolver essa situação junto ao TJMT, até mesmo porque havia entendimentos controversos entre alguns magistrados quanto à liberação dos alvarás, mas isso agora está resolvido com a publicação do Provimento 07/2014 da Corregedoria. A partir de agora os advogados e advogadas devem apenas se atentar aos artigos 38 do CPC e 5º, § 2º do Estatuto da OAB".

Com a alteração, o dispositivo passa a contar com a seguinte redação: "2.13.3 – Os depósitos judiciais somente serão liberados por meio de alvará judicial expedido pelo juiz da respectiva unidade jurisdicional (assinado de punho ou eletronicamente) que será expedido em nome do beneficiário ou seu advogado, desde que a procuração outorgada a este esteja em consonância com o que dispõe o artigo 38 do CPC e do artigo 5º, § 2º do Estatuto da OAB".

Presidentes de Subseções apresentarão reivindicações a desembargador

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, esteve reunido com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri, para tratar de assuntos relacionados à prestação jurisdicional em algumas comarcas e aproveitou a oportunidade para convidá-lo para participar do Colégio de Presidentes de Subseções que ocorrerá em Sinop entre os dias 8 e 10 de maio.

"Nossa relação com o Poder Judiciário Estadual está se estreitando cada vez mais e isso é importante para a advocacia, no sentido de que estamos seguindo uma estratégia uniforme que venha a melhorar os serviços prestados em todo o Estado.

Por isso, convidamos mais uma vez o presidente do TJMT para que nos acompanhe até Sinop e ouça a advocacia da região norte e contribua efetivamente no que for necessário para a efetivação da prestação jurisdicional", informou.

Pela não generalização de decisões envolvendo negativação indevida

As diretorias da OAB/MT e da Comissão de Juizados Especiais se reuniram com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso e um dos pleitos da Seccional foi para que não haja uma possível generalização em decisões envolvendo negativação indevida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Serasa. O pedido foi feito após a veiculação na imprensa de um golpe praticado por cerca de 15 advogados que consistia na falsificação de certidões dos órgãos de proteção ao crédito e, consequentemente, iniciavam um processo judicial requerendo indenização das empresas por danos morais.

Participaram da reunião o presidente da Seccional, Maurício Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; e o secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda, o conselheiro estadual Carlos Melo Rosa; o presidente e vice da Comissão de Juizados Especiais (Cojesp), Giorgio Aguiar e Rodrigo Palomares, o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, des. Carlos Alberto da Rocha, e os juízes Agamenon Alcântara Junior, Edson Reis, Alex Nunes de Figueiredo e Marcelo de Moraes.

Maurício Aude enfatizou que o caso merece ser analisado com cautela e que a OAB/MT está auxiliando nas investigações. "Sabemos que existe um grupo de advogados que não atuaram de maneira correta e a OAB/MT e Tribunal de Ética e Disciplina (TED) estão acompanhado o caso para adotarmos as devidas providências depois de respeitados os direitos à ampla defesa e contraditório. Contudo, requeremos aos juízes que não generalizem a situação e analisem cada caso com a máxima atenção possível, pois há pessoas que realmente são prejudicadas com as negativações de seus nomes".

Ressaltou que compreende que os magistrados têm direito ao livre convencimento. "Sabemos que cada um decide com base em suas convicções e isso não está errado. Contudo, o que queremos é apenas resguardar os direitos do cidadão que for prejudicado". Ao todo, 25 mil processos estão sendo investigados pela Polícia Civil e, de acordo com informações do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, somente um dos advogados ajuizou 6,5 mil ações. Os profissionais envolvidos no caso podem ser excluídos dos quadros da OAB/MT.

Instaurado incidente de inidoneidade em face de vereador de Cuiabá

A diretoria da OAB/MT determinou, de ofício, no dia 27 de março, a instauração imediata de incidente de inidoneidade diante das graves denúncias que recaíram sobre o vereador por Cuiabá e advogado João Emanuel Moreira Lima, preso na última quarta-feira (26) por determinação judicial. A Resolução nº 22 considera o artigo 11 do Estatuto da Advocacia e da OAB, que determina o cancelamento da inscrição nos quadros da Ordem quando o profissional perder um dos requisitos necessários, entre eles a idoneidade moral. Conforme o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, a diretoria determinou requisição de cópias de documentos junto ao Tribunal de Ética e Disciplina e no Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para que seja autuado o processo administrativo e distribuído ao Conselho Seccional.

"Diante da gravidade das denúncias apresentadas e noticiadas nos meios de comunicação e do processo ético que existe no TED, decidimos instaurar o incidente de inidoneidade. Se o advogado não dignifica a advocacia com suas condutas, pode ser excluído, conforme o Estatuto. O processo administrativo é independente do criminal, porém, respeita todos os princípios de ampla defesa e devido processo legal", ressaltou. Aude explicou que já foi solicitada toda a documentação ao Gaeco, cabendo ao relator adotar todas as diligências necessárias para a formação de sua convicção, emitir o voto para ser submetido ao Conselho Seccional.

O advogado terá de apresentar sua defesa e o Conselho julgará, conforme as provas dos autos e depoimentos, julgará se deverá ser excluído ou não.

A prisão preventiva do vereador João Emanuel foi determinada pela juíza Selma Rosane de Arruda, como parte de operação deflagrada em novembro do ano passado. A nova denúncia apontou que após a deflagração da operação, o vereador teria continuado na prática de diversos crimes, como fraudes com veículos, conhecidas como "golpe do Finan" e a negociação de terrenos inexistentes. (Fonte: Jornal A Gazeta) Assim que foi afastado da presidência da Câmara, a OAB/MT instaurou processo ético, também de ofício, para apurar os fatos.

DIRETORIA

Parceria com Crea/MT e CRC fiscaliza obras da Copa

Uma parceria firmada entre OAB/MT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea/MT) e Conselho Regional de Contabilidade (CRC/MT) proporcionará a sociedade condições de obter informações mais detalhadas de todas as obras referentes à Copa do Mundo que ocorrerá em Cuiabá e Várzea Grande a partir do mês de junho. "Solicitamos esse primeiro encontro para unir esforços e fiscalizar as obras, prestando contas para a sociedade em virtude da omissão de alguns dos órgãos responsáveis por esse trabalho. Temos a Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e recebemos a notícia de que o CRC também criou uma comissão de mesmo nome para obter informações sobre os custos que estão sendo empregados em todas as obras. Tenho certeza que essa união trará bons resultados, uma vez que a OAB/MT pode tratar das questões jurídicas, o Crea/MT da engenharia e, o CRC, das contas públicas", informou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

A reunião foi agendada por iniciativa da diretoria da Ordem e elogiada pelos representantes dos conselhos. Na avaliação de Juares Samaniego, a parceria é bem vinda, principalmente porque a sociedade deve ser defendida, precisa e conta com obras de qualidade. O presidente do Crea enfatizou que as obras deveriam ser realizadas por trecho e não da maneira que ocorreu (em várias partes de Cuiabá e Várzea Grande ao mesmo tempo). "Se tivessem sido feitas etapa por etapa, tudo estaria pronto".

Ao fim da reunião, a OAB/MT, Crea e CRC decidiram que as primeiras medidas a serem adotadas em conjunto serão solicitar à Secopa cópias de todos os contratos e eventuais aditivos, cronogramas físicos e financeiros de todas as obras, projetos e medições para serem analisados. "Somente com todos esses documentos em mãos é que teremos condições de analisar item por item e obtermos o real conhecimento de tudo o que está sendo feito. Vamos preparar um ofício requerendo-os e, assim que estiver pronto e assinado pela OAB/MT, Crea e CRC o encaminharemos à Secopa e, com base na resposta, tomaremos as medidas necessárias para que a sociedade tenha seus direitos resguardados", finalizou Maurício Aude.

Liminar obriga Secopa a prestar esclarecimentos

A pedido da OAB/MT, a Justiça deferiu liminar em sede de Mandado de Segurança, para determinar à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) que preste informações acerca do andamento e dos prazos de conclusão das obras do Mundial de 2014, sob pena de desobediência e responsabilidade, nos termos do art. 32, da Lei nº 12.527/2011. O Mandado de Segurança foi impetrado pela OAB/MT em face de recusa do secretário em prestar esclarecimentos solicitados no dia 28 de janeiro.

"Conforme destacamos, as informações são necessárias para esclarecer a população que anseia por respostas claras acerca do andamento e conclusão das obras. Os dados disponibilizados no site da Secopa são imprecisos, deficientes e contraditórios e diante de quase um mês de silêncio por parte do secretário, decidimos judicializar a questão. Esta liminar atende a um pedido da OAB/MT não como instituição pura e simplesmente, mas como representante da sociedade e fiadora do Estado Democrático de Direito", sublinhou Aude.

O presidente da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos, Ivo Matias, acompanhará a questão para verificar o cumprimento de determinação e se os quesitos apontados serão respondidos em sua totalidade.

"Diante da omissão daqueles que deveriam fiscalizar as obras, a OAB/MT não poderia se furtar de agir impetrando o mandado de segurança. São muitas obras em andamento, muitos gastos e, por isso, vamos acompanhar de perto".

A desembargadora relatora Maria Aparecida Ribeiro destacou em sua decisão que o art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, prevê o direito de petição a todos em face dos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Destacou que Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) garante a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. "Percebe-se, no caso dos autos, a presença do requisito referente ao periculum in mora, haja vista a proximidade do campeonato mundial de futebol e a existência de discussão amplamente divulgada no meio social acerca da possibilidade de as obras em andamento não serem concluídas a tempo e modo, tornando-se necessária a obtenção de informações seguras sobre tal fato para a eventual adoção de medidas judiciais ou administrativas em defesa da sociedade".

PRAZOS APRESENTADOS SÃO QUESTIONADOS

A resposta da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo Fifa 2014 ao Mandado de Segurança impetrado pela OAB/MT foi protocolizada junto à Seccional com o compromisso de entrega de obras nas datas previstas, porém, algumas estão sendo descumpridas. De antemão, o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, ressaltou que, em conversa preliminar, o Conselho Regional de Engenharia (Crea/MT) apontou que em algumas obras não será possível o cumprimento do prazo alegado. "Muitas datas aprazadas na resposta da Secopa já se esgotaram e não foi entregue o prometido. Em alguns casos, é tão clara a falta de planejamento que qualquer leigo percebe que não será cumprido. No caso do VLT, por exemplo, pedimos ao Ministério Público Federal que investigue a aplicação dos recursos provenientes da Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento na ordem de R$ 423 milhões, já que o procedimento foi arquivado junto ao Tribunal de Justiça. O presidente da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos, Ivo Matias, está acompanhando a questão. A sociedade mato-grossense precisa ser respeitada", pontuou.

A liminar no Mandado de Segurança foi concedida em 28 de fevereiro pela desembargadora Maria Aparecida Ribeiro e o ofício da Secopa protocolizado no dia 5 de março. No documento, a Secopa esclareceu cada item dos quesitos apresentados pela OAB/MT. Porém, as datas já estariam defasadas em alguns casos, como a Arena Pantanal, cuja entrega está prevista, conforme o documento, para a "segunda quinzena de março de 2014", assim como o viaduto Aeroporto.

Ordem pede ao MPF para investigar aplicação de recursos do VLT

A diretoria da OAB/MT vai buscar provocar o Ministério Público Federal em Mato Grosso a iniciar investigação acerca da aplicação dos recursos provenientes da Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento na implantação do Veículo Leve sobre Trilho. Para financiar os custos, o Governo assinou contrato com a CEF no valor de R$ 423 milhões, que já haviam sidos aprovados para o Bus Rapid Transit (BRT) e serão redirecionados para o VLT; e numa segunda etapa, no valor de R$ 727,9 milhões financiados pelo BNDES por meio da Caixa. O Estado se responsabilizou com R$ 110 milhões em contrapartida não financeira, provenientes de desapropriações (fonte: www.mtnacopa.gov.br).

Conforme o presidente da Seccional, Maurício Aude, a decisão foi motivada pelo arquivamento de um procedimento junto ao Tribunal de Justiça, a pedido do Ministério Público Estadual, que investigava possível prática de improbidade administrativa e fraude no Procedimento Licitatório nº 01/2012-Secopa para a contratação do modal VLT. "A Justiça Estadual arquivou a investigação apresentada pelo Ministério Público Estadual que entendeu não haver provas suficientes. Ao verificar no próprio site da Secopa que a origem dos recursos é de instituições financeiras federais, decidimos instar o Ministério Público Federal a investigar. Toda a sociedade mato-grossense está preocupada com a aplicação correta dos recursos públicos e com a finalização da obra e a OAB/MT como representante da sociedade não se furtará em cobrar respostas e fiscalizar", pontuou.

A atuação da Diretoria da OAB/MT contará com o apoio da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos, presidida pelo advogado Ivo Matias.

DIRETORIA

Voto que garante assento à advocacia é enviado a tribunais

O Conselho Nacional de Justiça determinou que os advogados e advogadas devem ter assento nas salas de julgamento e recomendou aos tribunais a reserva de um lugar fixo para a defesa nos púlpitos, a exemplo do que acontece com os magistrados e promotores. Em Mato Grosso, a diretoria da OAB/MT encaminhou a decisão aos Tribunais de Justiça, Regional Eleitoral e do Trabalho, e à Turma Recursal Única com a finalidade de cumprirem a determinação. O voto no CNJ foi da conselheira Ana Maria Duarte Amarante Brito, que acatou solicitação da OAB/SP.

Para o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, "o pedido foi fundamental para que os advogados e advogadas tenham suas prerrogativas respeitadas. Em Mato Grosso não há locais apropriados para os profissionais que queiram, porventura, fazer a defesa de seu cliente sentado, o que é assegurado pelo Estatuto da Advocacia. Por isso, acredito que a decisão do CNJ deixará o advogado e advogada mais a vontade para atuar da maneira como melhor lhe aprouver". O pedido da OAB/SP foi encaminhado ao CNJ em 2012, mas o Conselho negou provimento ao recurso, entendendo que a questão estaria ligada à autonomia dos tribunais. O presidente da OAB/SP, Marcos da Costa, e o presidente da Comissão de Prerrogativas Profissionais, Ricardo Toledo Santos Filho, recorreram da decisão.

Sustentação oral no TRT/MT – O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, ratificou o pedido de assento para os advogados e advogadas que precisar fazer sustentação oral e tiverem dificuldades ou desejarem fazê-lo sentado na sessão do Pleno do TRT/MT. "Para atender as prerrogativas dos advogados, que também têm direito de, eventualmente, fazer intervenções pedindo 'pela ordem', solicitamos que seja garantido o assento em igualdade de condições com o Ministério Público do Trabalho". Os membros do Tribunal Pleno acompanharam o voto do desembargador presidente pelo acolhimento do pedido nos termos expostos.

Os desembargadores Roberto Benatar e Tarcísio Valente sugeriram que, até haver orçamento para as alterações, fosse autorizado aos advogados que assim desejarem, se sentarem na bancada ao lado dos desembargadores nos espaços a estes destinados, que normalmente não fica completa. A proposição foi acompanhado pelos demais.

TRE/MT e JF/MT - A diretoria da Seccional foi informada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MT), desembargador Juvenal Pereira, que a OAB/MT passa a contar com assento reservado nas sessões de julgamento do órgão. O magistrado atendeu o pleito feito pela Ordem no dia 12 de março e disse que uma cadeira está instalada ao lado do púlpito para os advogados sentarem após a sustentação oral, enquanto precisarem aguardar a decisão do colegiado, se assim desejarem. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, bem como o presidente e o vice da Comissão de Direito Eleitoral, Silvio Teles e Jackson Coutinho, agradeceram. "O TRE/MT é pioneiro em Mato Grosso por ter nos atendido.

Adotamos o diálogo como forma de obter vitórias e isso tem demonstrado que estamos no caminho certo, o que nos anima ainda mais a continuar trabalhando pela nossa classe", registrou Aude. O presidente da Turma Recursal do Juizado Especial Federal, juiz Jeferson Schneider, informou a OAB/MT "que esta Turma Recursal, por iniciativa própria, desde sua fundação, disponibiliza assentos aos advogados tanto para assistir às sessões de julgamentos como para fazer sustentação oral". A Seccional aguarda o posicionamento dos Tribunais de Justiça e da Turma Recursal Única do TJMT.

Núcleos aceitarão causas até dez salários

O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, se reuniu com coordenador do curso de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic), Antonio Shommer, para tratar de assuntos relacionados aos atendimentos feitos por acadêmicos nos Núcleos de Práticas Jurídicas no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT/MT).

Também participaram o presidente da Comissão de Ensino Jurídico, José Patrocínio de Brito Junior, e o membro da Comissão de Direito do Trabalho, Fábio Macagnan.

O representante do Univag, Marcel Alexandre Lopes, justificou sua ausência na reunião, mas declinou sua concordância quanto aos termos discutidos.

Ficou estabelecido que os núcleos aceitarão causas que não excedam o teto hoje praticado. Os jurisdicionados que apresentarem casos em que os valores forem superiores ao estipulado serão encaminhados à Sala da OAB/MT no TRT/MT, onde terão acesso a lista contendo nome, endereço e telefone de advogados interessados em patrocinar causas trabalhistas que serão indicados de forma aleatória. Também ficou acordado que os núcleos encaminharão à Ordem relatório mensal dos atendimentos feitos com número de processos e valores das causas.

A Diretoria manterá uma lista de advogados interessados em atuar na área trabalhista na Sala da OAB/MT, localizada no prédio das varas do trabalho. Assim, quando o valor ultrapassar 10 salários mínimos, o cliente será encaminhado para o local para que seja atendido por meio de um sorteio entre os nomes listados.

Diretoria requer melhoria em acessibilidade no TRT/MT

A diretoria da OAB/MT por meio do secretário-geral, Daniel Teixeira, defendeu, na sessão do Pleno, melhorias na estrutura do Tribunal Regional Eleitoral 23ª Região para permitir a ampla acessibilidade os portadores de necessidades especiais. Lembrou que há muitos advogados cadeirantes, inclusive, um presidente de Subseção da OAB/MT. "Isso demonstra a evolução e a posição de vanguarda do tribunal".

O desembargador presidente do TRT/MT, Edson Bueno, votou pelo acolhimento do pedido, porém, ressaltou que as alterações estruturais definitivas não poderão ser feitas de imediato porque dependem de dotação orçamentária. "É possível fazer adaptações, colocar uma mesa, cadeira e o advogado ficar sentado numa posição talvez um pouco de desnível, apenas estrutura, até implementarmos as adaptações adequadas para atender na integralidade. É uma demanda nova, mas pelo menos é um avanço para, seguindo a orientação do CNJ, começar a acomodar melhor aqueles que aqui vem prestar seus serviços, reconhecidamente por nós essenciais para a administração da Justiça".

A desembargadora Beatriz Theodoro falou de um projeto piloto implantado na 9ª Vara do Trabalho de Cuiabá que contempla rebaixamento de mobiliário para dar acesso as portadores de necessidades especiais. "Foi aprovado e deve ser disseminado nas demais varas da capital. No interior a maioria já contempla essa estrutura".

Convocação do TST - O secretário-geral da OAB/MTaproveitou para parabenizar o desembargador Tarcísio Valente pela convocação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Barros Levenhagen, para compor a 5ª Turma Recursal do TST, por 18 meses. A convocação foi anunciada na primeira reunião extraordinária de 2014 do Colégio de Presidentes e Corregedores do TST.

DIRETORIA

CGJ atende Ordem e orienta Foro a seguir horário de MT

A pedido da OAB/MT, a Corregedoria-Geral da Justiça orientou a Comarca de Barra do Garças a utilizar apenas o horário oficial de Mato Grosso para seu expediente, em especial, nas audiências. A resposta ao oficio da Seccional foi recebida e o presidente da Ordem, Maurício Aude, já informou os presidentes das Subseções de Barra do Garças, Nova Xavantina, Vila Rica e Canarana que integram aquela comarca. O pedido de providências foi remetido em face da Diretoria do Foro de Barra do Garças diante do fato do juízo seguir o horário de funcionamento no horário de Mato Grosso, porém, alguns juízes designam audiências no horário de Brasília, constando expressamente da decisão por ser costume da região, "posto que ali residem advindos do Estado de Goiás".

O desembargador corregedor Sebastião de Moraes Filho relatou que a Portaria nº 613/2011/CRH prevê que as comarcas do Estado irão funcionar nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 19 horas. "Neste mesmo sentido, a adoção de um fuso horário para funcionamento e outro para a designação de audiência é confuso para as partes e advogados, principalmente os que não residem na Comarca e não sabem da adoção do horário de Brasília como costume local". Assim, o magistrado acatou o pedido da OAB/MT e recomendou que a diretoria do Foro de Barra do Garças cumpra o horário previsto na Portaria.

OAB/MT requer sistema online para agendamentos

A diretoria da OAB/MT requereu ao presidente da Turma Recursal Única de Mato Grosso, juiz Hildebrando Marques, a implementação de um sistema online que permita à advocacia mato-grossense agendar os pedidos de preferência e sustentação oral nas sessões de julgamento, sem prejuízo das solicitações presenciais.

De acordo com o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, a reivindicação, se atendida, permitirá aos advogados e advogadas que se cadastrem no sistema com antecedência, caso optem em defender seus clientes presencialmente junto à Turma Recursal. "Essa ferramenta agilizará o trabalho de todos os advogados, advogadas e do próprio secretário da TRU, o qual passará a contar com um sistema eficaz e seguro de controle dos pedidos de preferência e sustentações orais".

O pleito feito pela Ordem teve como suporte a Portaria nº 002/2014 da TRU, que prima pelo princípio da celeridade, e a enorme quantidade de recursos inominados que constam das suas pautas de julgamento.

Situação da PGE é preocupante

A diretoria da OAB/MT apoiou a fiscalização preventiva integrada realizada na sede da Procuradoria-Geral do Estado feita por uma equipe do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea/MT). O diretor da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT), Helmut Preza Daltro, e diversos procuradores do Estado acompanharam a vistoria por todo o prédio.

A procuradora Glaucia Anne do Amaral explicou que as condições de trabalho estão caóticas, principalmente devido as fortes chuvas dos últimos dias. "As salas de todos os procuradores estão com infiltrações e isso está atrapalhando nosso trabalho. Em 2013 ficamos uma semana sem luz e 15 dias sem telefone, toda a rede elétrica e de informática está comprometida". De acordo com a advogada pública, em março do ano passado houve uma reunião na Casa Civil, ocasião em que foi ressaltada a necessidade de reformas urgentes no prédio, mas nada foi feito até o momento. Ela relatou que não há como guardar processos e documentos com segurança. Informou que o Estado se comprometeu em construir gabinetes ao fundo da Procuradoria para abrigar provisoriamente os procuradores e houve a liberação de recursos para o procedimento licitatório das obras, o qual está previsto para ocorrer em março.

OAB/MT **-** Após a fiscalização, o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, reuniu-se com Helmut Preza e os engenheiros do Crea/MT na Seccional. "É lamentável saber que advogados públicos, que defendem os interesses do Estado, não estão tendo condições dignas de trabalho. As imagens demonstram salas totalmente precárias, com paredes descascadas e mofadas por conta das inúmeras infiltrações, sem contar as instalações elétricas, os mictórios dos banheiros interditados".

Para a procuradora do Estado Glaucia Amaral "o presidente da Ordem sempre esteve à disposição no que diz respeito à valorização dos advogados públicos e acredito que a instituição, de posse dos documentos, poderá auxiliar na negociação

de alternativas para que possamos realmente ter condições para trabalhar ou até mesmo ingressando com medida judicial protegendo os procuradores de eventuais responsabilidades".

Dias depois, o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, encaminhou ao procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow, e à procuradora e presidente da Associação dos Procuradores de Mato Grosso, Glaucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral, cópia do relatório de visita preventiva elaborado por técnicos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso (Crea/MT). Ele informou que aguardará a análise do relatório por Jenz Prochnow e Glaucia Amaral e colocou a OAB/MT à disposição para contribuir no que for preciso para a resolução dos problemas.

OAB/MT presente no Encontro de Gestão de Ética Pública

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, participou da abertura do "2º Encontro de Gestão de Ética Pública e Qualidade de Vida no Trabalho" promovido pelo Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Administração (SAD/MT), no Cenarium Rural. O evento discutiu a implementação das comissões de ética e a política de saúde, segurança no trabalho nas instituições públicas, disseminando o Código de Ética em consonância com a promoção de Qualidade de Vida dos Servidores Públicos. "A OAB/MT vem à tribuna para parabenizar pela iniciativa de discutir a qualidade de vida, as questões relativas à segurança e saúde do trabalho, práticas que são comuns na iniciativa privada e que tem trazido, historicamente, ganhos para aqueles que trabalham e produzem".

Aude observou que a Ordem aplaude o debate sobre a ética dentro da administração pública e destacou o inciso II, do artigo 2º, do Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado. "Esse dispositivo coloca, acima de qualquer conceito vago, a honestidade. E é exatamente a honestidade que se espera de advogados, juízes, membros do Ministério Público, assim como dos políticos e dos servidores públicos. É muito importante para a OAB/MT, que tem em seu seio um antiquíssimo Tribunal de Ética e Disciplina, ver que o Estado também se esforça em impor a conduta ética aos seus servidores. Isso implicará em dignificar a carreira do

servidor público trazendo uma melhor imagem do servidor perante a sociedade".

O presidente da Seccional também registrou a importância para a instituição em ter o advogado e conselheiro estadual Heitor Correa como presidente do Conselho de Ética Pública do Estado de Mato Grosso. "É uma felicidade para a OAB/MT ter à frente desse conselho um advogado que trilha conosco os trabalhos da gestão".

Pedidos acolhidos por Conselho de Supervisão dos JEs

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; e o secretário-geral adjunto, Ulisses Rabaneda, se reuniram com o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto da Rocha, e foram informados que a Seccional teve diversos pedidos acolhidos no XII Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado, realizado em dezembro de 2013. Também estiveram presentes o conselheiro estadual Carlos Eduardo de Melo Rosa, o presidente e vice da Comissão de Juizados Especiais (Cojesp), Giorgio Aguiar da Silva e Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça e os juízes Agamenon Moreno Junior, Edson Reis, Alex de Figueiredo e Marcelo de Moraes.

Em dezembro do ano passado, Maurício Aude e Giorgio Aguiar participaram da abertura do Encontro de Juízes e apresentaram 10 reivindicações para serem debatidas, sendo que a maioria dos pleitos foi acolhida pelos magistrados. A primeira delas foi sobre a descentralização das assinaturas de expedição de alvarás e vinculação dos valores nos juizados e na justiça comum. O juiz Edson Reis informou que ficou deliberada a recomendação para que o alvará seja expedido em até 10 dias após sua vinculação. A segunda proposta versou sobre a criação de uma central de conciliação até a regularização do trâmite de processos nos juizados, a qual já está sendo analisada pela Presidência do TJMT. O terceiro tema tratou sobre os pedidos de justiça gratuita e, neste caso, o que prevaleceu foi o entendimento constante do Enunciado nº 11, o qual dispõe que "na concessão da gratuidade de justiça é recomendável que o juiz analise a efetiva comprovação das circunstâncias que a ensejam, nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal".

Em seguida, a Seccional recebeu a notícia de que a Turma Recursal Única manterá quatro juízes para que não haja acúmulo processual em segunda instância. No que diz respeito à celeridade e uniformização de procedimentos quanto à devolução de custas pagas quando do recurso, o pedido foi reconhecido e encaminhado à Presidência para análise. A partir de agora, o advogado que fizer sustentação oral e quiser fazer constar seu nome no acórdão, até mesmo para prestar informações ao seu cliente, basta fazer o requerimento. Já o procedimento para a nomeação dos juízes leigos está sendo finalizado.

Protocolo Integrado deve ser mantido

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, esteve reunido com o presidente do Tribunal de Justiça, des. Orlando Perri, e requereu manutenção do Protocolo Integrado em todo o Estado. Participaram da reunião os conselheiros estaduais Eduardo Manzeppi (pres. da Comissão de Direito Eletrônico), Luiz Carlos Rezende (corregedor da OAB/MT), Darley Camargo e Alexandro Panosso; o presidente da Comissão de Acesso à Justiça, Eduardo Guimarães; a presidente da Subseção de Campo Verde, Maria Aparecida Frazão; o vice-presidente da OAB/Primavera do Leste, Renato Farias; e o delegado da CAA/MT de Campo Verde, Ricardo Garcia.

"O objetivo da Presidência do TJMT em disseminar a utilização do Portal Eletrônico dos Advogados (PEA) é válido, mas queremos que mantenha em funcionamento do Protocolo Integrado. Queremos garantir a segurança aos profissionais da advocacia e aos jurisdicionados com a protocolização de peças processuais físicas", ressaltou Aude.

Manzeppi registrou que esteve em sete comarcas, das quais quatro alegaram não saber da existência do PEA. "Solicitei aos gestores que imprimissem as petições feitas por meio do PEA e juntassem ao processo físico, mas, como resposta, ouvi que eles não tinham conhecimento da existência e de como funciona a ferramenta. É por isso que estamos lutando pela manutenção do Protocolo Integrado. Caso realmente não seja possível, que o TJMT estenda por mais tempo sua extinção, que até o momento está marcada para ocorrer a partir do dia 1º de julho deste ano a pedido da Ordem".

Acrescentou que a ferramenta é de fácil utilização e segura. "O advogado que usar pela primeira vez sempre vai querer continuar, pois proporciona economia de tempo por conta do deslocamento até o fórum e até mesmo de comarca para comarca".

A OAB/MT também sugeriu que a ferramenta seja implantada na segunda instância. Na ocasião, os diretores das Subseções de Primavera do Leste e de Campo Verde também pediram ao desembargador a designação de mais juízes para as comarcas. O desembargador Orlando Perri disse que estudará a questão da não extinção do Protocolo Integrado e, quanto ao pedido de mais juízes, esclareceu que a intenção é lançar edital para processo de remoção e de promoção, mas garantiu que fará o possível para não deixá-las desassistidas.

COMISSÕES

Confira os cursos telepresenciais para abril

A Escola Superior de Advocacia (ESA/MT) está com inscrições abertas para os cursos telepresenciais que serão ministrados no mês de abril na sede da escola e nas Subseções de Subseções de Colíder, Comodoro, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Rondonópolis, Tangará da Serra, Água Boa, Barra do Garças, Alta Floresta. A capacitação conta com a parceria da Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp).

Nos dias 1º e 2 de abril (das 8h30 às 10h30) e de 29 e 30 (das 18h às 20h) haverá curso sobre "Audiência Trabalhista". O conteúdo versará sobre "Postura do advogado, preposto e testemunhas"; "Técnicas de negociação na fase conciliatória"; "Apresentação de defesa pela reclamada e réplica pelo reclamante"; "Técnicas de negociação na fase conciliatória"; "Oitiva das partes, reperguntas e técnicas para obtenção de confissão"; "Oitiva de testemunhas, contradita de testemunhas, adiamento de audiência por falta de testemunha, prova emprestada e reperguntas"; "Análise de ponto controvertido da ação, reconvenção e perícias"; "Alegações finais pelas partes"; e "Cautelas na advocacia trabalhista".

No dia 7, das 18h às 20h, "Painel de debates sobre a responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente de trabalho", com os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Davi Furtado Meirelles e Francisco Ferreira Jorge Neto. A mediação será feita pelo advogado Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro.

De 9 a 10, das 18h às 20h, "Questões controvertidas relacionadas à execução fiscal" com o advogado Pedro Guilherme Modenese Casquet, o qual debaterá acerca do momento da oposição dos embargos – divergências entre a Lei e a jurisprudência consagrada no Superior Tribunal de Justiça; Controvérsias sobre as formas de garantia da execução fiscal – as modalidades de garantia, o entendimento dos entes fazendários e o que tem sido acolhido pelo Judiciário; A necessidade da garantia integral como requisito do processamento dos embargos de devedor; Os efeitos processuais dos embargos e sua consequência perante o crédito tributário; Os efeitos da sentença dos embargos e suas consequências – efeitos dos recursos e características do efeito suspensivo.

De 15 a 23 de abril, das 18h às 20h, será transmitido "Diálogos entre a advocacia e a magistratura sobre o projeto do novo CPC – Processo de Conhecimento" com explanação sobre "Petição inicial e pedido"; "Respostas do réu"; "Provas"; "Sentença e coisa julgada".

Nos dias 24 e 25 (das 8h30 às 10h30), o tema será "Litígios da guarda, visitas e alienação parental", com os tópicos "Convivência"; "Guarda"; "Critérios"; "Alienação parental"; "Multa"; "Obrigações de fazer"; "Tratamento compulsório de pais"; "Poder familiar"; "Danos morais por abuso afetivo"; "Modificação de guarda"; "Ações e recursos".

Cartilha do Jurado contém informação persuasiva, alerta OAB/MT

O presidente e o secretário-geral adjunto da OAB/MT, Maurício Aude e Ulisses Rabaneda, respectivamente, encaminharam ofícios ao corregedor-geral da justiça e ao procurador-geral de justiça pedindo que oriente os magistrados de primeiro grau e determine aos membros do Ministério Público a não distribuição da denominada "Cartilha do Jurado" aos juízes leigos.

De acordo com os dirigentes da Ordem, a Seccional foi informada que em algumas comarcas do interior do Estado promotores de justiça estão entregando aos jurados, momentos antes dos julgamentos perante o Tribunal Popular do Júri, material gráfico "com conteúdo que pode ser considerado misto, ou seja, ao mesmo tempo em que é informativo, também é indevidamente persuasivo. Informativo, pois ali se verifica o conceito de alguns institutos dominados pelos operadores do direito e, persuasivo, em razão de conter informação sobre índices de violência, narrando um suposto desvalor das pessoas pela vida humana, bem como incitando os jurados a 'combater a violência e impunidade com veemência'".

Maurício Aude e Ulisses Rabaneda explicaram que na referida cartilha não se vê, por exemplo, esclarecimento aos jurados sobre como proceder em caso de dúvida sobre a culpa ou inocência do réu (princípio do in dubio pro reo), bem como sobre o dever de julgar apenas e tão somente com base nas provas produzidas no processo em contraditório judicial, alertando sobre a nocividade de julgar o semelhante com base em notícias jornalísticas ou presunções, como costuma ocorrer com frequência.

"Isso faz concluir que referido material foi confeccionado não para informar, mas para convencer previamente o jurado a tomar partido da tese acusatória, sem mesmo ter iniciado o julgamento. Reforça essa conclusão o fato de ser distribuído momentos antes dos julgamentos pelo júri popular, o que deixa ainda mais evidente tratar-se de artifício objetivando conduzir a opinião do juiz leigo a uma direção previamente escolhida. Apenas a título ilustrativo, seria o mesmo que admitir a distribuição aos jurados, antes dos julgamentos, de uma cartilha que contenha apenas conceitos e definições sobre teses defensivas e citações de casos graves de erro Judiciário, onde pessoas reconhecidamente inocentes foram condenadas e tiveram suas vidas destruídas, como, por exemplo, a famosa história dos irmãos Naves".

Para a OAB/MT, distribuir material com referido conteúdo também não seria lícito, pois teria o nítido propósito de desequilibrar o julgamento, desta vez em favor da defesa, o que também não é admissível. "O juiz leigo deve prestar seu juramento na composição do Conselho de Sentença sem prévio contato de qualquer das partes, sem sofrer qualquer tipo de indução seja para julgar em favor da acusação ou da defesa, sob pena de violação a caros princípios constitucionais. Sabe-se que a regra é o acesso, citação pelo orador ou leitura aos jurados apenas de material ou objeto juntado previamente aos autos, admitindo exceção àqueles escritos ou objetos que não digam respeito ao fato em julgamento. Portanto, dúvida não há de que é lícito ao representante do Ministério Público citar e ler aos jurados tal cartilha, desde que o faça no momento adequado, ou seja, após a instrução plenária e utilizando seu tempo de explanação, onde poderá produzir livremente a acusação".

Os diretores da Seccional enfatizaram que "o que não se admite é proceder da forma como vem ocorrendo, causando indevido desequilíbrio e colocando em dúvida a parcialidade e serenidade dos jurados no momento do julgamento, já que incitados a combater uma genérica violência, podendo ocorrer verdadeira injustiça no caso concreto. Por estas razões e visando manter o equilíbrio que deve existir entre a acusação e a defesa nos julgamentos perante o Tribunal Popular do Júri, é que a OAB/MT requerer que a distribuição da cartilha seja cessada, possibilitando à acusação, obviamente, a leitura ou utilização de todos os argumentos ou informações ali constantes no momento processual adequado, que é nos debates orais".

JURISNOTÍCIAS

Condenação de site que oferece serviços jurídicos - Disponibilizar na internet publicidade para atrair interessados em atuar nas causas judiciais comuns ao trabalho do advogado configura mercantilização da advocacia e atinge a moralidade e a dignidade da profissão. Com base nesse entendimento, a 6ª Turma Especializada do TRF2 reformou, por unanimidade, a sentença que permitia a uma empresa oferecer serviços advocatícios como se fossem produtos de uma relação típica de consumo.

Pela decisão, o grupo fica proibido de oferecer, divulgar e anunciar seu "pacote jurídico" — com diversos serviços pelo valor de R$ 150. Ao prover a Apelação interposta pela OAB/RJ, a relatora do acórdão, juíza federal convocada Carmem Silvia Lima de Arruda, determinou multa de R$ 20 mil para cada descumprimento. De acordo com a magistrada, os serviços remunerados oferecidos são típicos serviços advocatícios que configuram "irregular captação de clientela". Apelação Cível nº : 0001142-50.2012.4.02.5101 (fonte: www.consultorjuridico.com.br)

Majoração de honorários – A Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas da OAB obteve majoração de honorários de sucumbência no Agravo em Recurso Especial nº. 343.142/MG, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ricardo Zanella, conselheiro seccional da OAB-MG, informou ter recebido o pagamento de honorários de sucumbência no valor de R$ 1 mil, o que representava 0,63% do montante da causa, de pouco mais de R$ 157 mil reais. Com a decisão favorável, o valor foi aumentado para 10% do valor atribuído, atingindo cerca de R$ 15,7 mil. (Fonte: www.oab.org.br)

FGTS para pensão alimentícia - Os critérios previstos em lei para o uso do FGTS são exemplificativos, pois o saque pode ocorrer em hipóteses não previstas na legislação. Com base neste entendimento, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais aceitou o pedido de uso do FGTS para pagamento de pensão alimentícia. O relator, juiz federal Gláucio Maciel, citou o artigo 20 da Lei 8.036/90, que possibilita sacar o Fundo após demissão sem justa causa, aposentadoria, extinção da empresa, entre outros. Ele apontou entendimento do STJ, que baseou sua decisão "nos princípios constitucionais da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana". Processo 5000194-75.2011.4.04.7211 (Com informações da Assessoria de Imprensa do CJF).

CAA/MT

CAA/MT cumpre seu papel social e leva serviços gratuitos a escritórios

Mais de 900 pessoas foram atendidas durante a "Semana da Mulher" e usufruíram de atendimentos na área da saúde e beleza

Mais uma vez, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) cumpre seu papel social e leva diversos serviços aos advogados e estagiários. Entre os dias 24 e 28 de março, uma equipe da entidade e de diversas empresas parceiras percorreu edifícios comerciais da região da Avenida do CPA (Cuiabá), disponibilizando atendimentos gratuitos na área da saúde e beleza. A ação intitulada "Semana da Mulher" recebeu mais de 900 visitantes.

"Sabedores da correria que é a vida do profissional do Direito, estamos, desde o ano passado, com essa ação itinerante que reúne uma gama de serviços gratuitos e disponibiliza-os nos escritórios dos colegas advogados e advogadas. Dessa forma, queremos facilitar o acesso, por exemplo, à vacinação e aos testes rápidos de saúde. Para esta ação, especificamente, focamos na mulher advogada, oferecendo alguns atendimentos na área da beleza como maquiagem e limpeza facial. Mais uma vez, obtivemos êxito em nossa ação nos escritórios de advocacia. Isso nos mostra que estamos no caminho certo", explica o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos.

Entre os serviços mais procurados, destacam-se os seguintes: vacinação (gripe, febre amarela, tríplice viral, antitetânica e hepatite B), testes rápidos de saúde (glicemia e colesterol) e aferição de pressão arterial. Equipes das empresas parceiras da CAA/MT ofereceram quick massage, higienização facial, massagem relaxante para pés, dicas de penteado, maquiagem, esmaltamento de unhas, facilidades para adesão ao OABPrev e plano de saúde, esclarecimentos sobre fotodepilação e serviços oferecidos p
dos Advogados, dicas de ex
o cérebro, orientações para a
cado digital e nutrição funci

"Foi uma ideia brilhante,
excelente. Valeu muito a per
hoje porque já fiz vários exa
a advogada Márcia Maria da
serviços oferecidos causou a
Rodrigues. "Fiquei surpresa
mostra que a Caixa de Assis
atuante". A advogada aprov
cartão de vacinação em dia.

A facilidade proporcionada pela CAA/MT foi muito elogiada, também, pela advogada Thaís Marcelle de Paula Ferreira. "Nosso dia-a-dia é muito corrido, assim, quando a gente tem tantos serviços bem próximos, nos nossos escritórios, é ótimo porque conseguimos nos cuidar um pouco".

De acordo com o presidente da CAA/MT, ação semelhante está prevista para o mês de agosto – época em que se comemora o Mês dos Advogados. "Expandiremos, ainda mais, os locais de nossa atuação, beneficiando mais colegas advogados e advogadas".

PARCEIROS – A "Semana da Mulher CAA/MT" contou com a parceria das seguintes empresas: Ale Corretora de Seguros, Centro de Saúde dos Advogados / Studio Nayara Gaspar Prestes, Hospital Santa Rosa, Laboratório Carlos Chagas, Mary Kay, Minc Certificação Digital, Não + Pelo, Poupança Corretora de Seguros, Qualivida, Supera Ginástica para o Cérebro, Studio Calegari, Secretaria de Saúde de Cuiabá (SMS), Tecnovida, Unimed Cuiabá e Vaciclin.

CAA/MT

Happy Hour Cultural recebe elogios dos advogados

Cerca de 200 pessoas compareceram ao Estacionamento dos Advogados para prestigiar o evento Cerca de 200 pessoas compareceram ao 1º Happy Hour Cultural dos Advogados realizado, na última sexta-feira (14/03), no Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá. O evento foi idealizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e integrou o calendário de eventos alusivos ao projeto "Março Sempre Mulher" do Sistema OAB/MT.

"Confesso que vim sem saber muito bem o que era o happy hour. Agora, estou encantada. É muito bom. Quero que tenha sempre e já adianto que farei 'propaganda' para todo mundo", frisa a advogada Gislene Stoelben.

Além do cantor profissional Joel Delatorre, a trilha sonora do evento contou com a participação especial dos advogados e conselheiros da OAB/MT Tânia Faiad e Fábio Capilé. Com repertórios variados, foram da MPB ao Rasqueado.

"A Caixa de Assistência está de parabéns por essa iniciativa. Quando o Estacionamento dos Advogados foi inaugurado, final do ano passado, já havia a ideia de transformar o local em um espaço cultural. Hoje, esse projeto se transforma em realidade", diz o presidente da OAB/MT, Maurício Aude.

Para o advogado Pio da Silva, o Happy Hour Cultural é uma iniciativa válida, uma vez que possibilita a confraternização dos profissionais da advocacia. "É uma ação de grande valia que deve ser continuada, pois promove a união da classe". Opinião semelhante tem o advogado

OAB/MT Mulher, encontro de advogados, cidadania e lançamento de obra marcam circulação em Sorriso

Dezenas de advogados, advogadas, autoridades e convidados participaram da abertura da circulação do OAB/MT 80 Anos em Sorriso, cuja solenidade foi conduzida pela vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino de Oliveira, e o presidente da Subseção, Evandro Santos da Silva. Os presentes puderam conhecer parte da história da Seccional e da Subseção por meio de uma visita guiada apresentada pelo historiador Maurim Rodrigues e a conselheira estadual Ana Lucia Steffanello.

OAB/MT Cidadania - Mais de 440 atendimentos gratuitos para a população foram efetivados na Praça da Juventude durante o OAB/MT Cidadania, realizado pela Seccional em parceria com a Subseção, a ESA/MT e a CAA/MT. A abertura contou com a presença do presidente da Ordem, Maurício Aude, a vice-presidente e coordenadora do Comitê Gestor do projeto OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino, o diretor tesoureiro, Cleverson Pintel, o presidente da OAB/Sorriso, Evandro Santos da Silva e diretores, o presidente da CAA/MT, Leonardo Campos, conselheiros estaduais, advogadas e advogados da região. "Já estamos percebendo os frutos dessas ações que mostram o quanto a Ordem é uma instituição forte que atua em defesa da advocacia e da sociedade. Parabéns a todos", exclamou Aude.

A praça foi visitada por 200 estudantes, em média, que receberam noções de formação moral e cívica transmitidas pelo grupo de escoteiros local. O coordenador do OAB/MT Cidadania e presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, Fábio Capilé, agradeceu a receptividade da Subseção e ressaltou que "não só uma sede está sendo construída, mas também, tijolo a tijolo, o ideal de cidadania e a defesa da democracia".

No decorrer do dia foi realizado o Encontro da Advocacia de Sorriso com debate aberto aos advogados com as diretorias da OAB/MT, CAA/MT e sobre as ações da atual gestão e a defesa da advocacia. Também foram realizadas palestras em escolas da cidade para dezenas de estudantes; alguns também participaram de atividades e visitaram a Subseção e os órgãos judiciais. Foi realizado o Encontro da Jovem Advocacia organizado pela Comissão do Jovem Advogado da OAB/MT em parceria com a OAB/Sorriso.

Lançamento da nova sede - Durante a circulação foi lançada a pedra fundamental da nova sede da OAB/Sorriso cujo compromisso foi firmado na gestão passada. "A notícia da aprovação dos recursos foi recebida em novembro do ano passado em uma reunião realizada entre representantes da OAB/MT, da Subseção, CAA/MT e Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) do Conselho Federal da OAB", afirmou Maurício Aude. Conforme o presidente da OAB/Sorriso, Evandro Santos da Silva, a Subseção possui parte dos recursos e precisará captar mais valores, porém, o maior montante virá do Fida, Caixa e Seccional. "Para a nova sede temos um imóvel de 2,2 mil m2 e o projeto está pronto e aprovado pelos profissionais que atuam na nossa região". Também colaboraram os conselheiros estaduais por Sorriso, Paulo Sérgio Gonçalves Pereira, Silas do Nascimento Filho e Ana Lúcia Stefanello.

Moção de aplausos - A Seccional e a subseção foram agraciadas com moções de aplauso. As honrarias foram entregues em reconhecimento aos 80 anos de existência da OAB de Mato Grosso e aos relevantes serviços prestados pela entidade no Município. O vereador Luis Fabio Marchioro (PDT), autor das moções, representou o Poder Legislativo sorrisense. "Para a Câmara é uma honra homenagear esta instituição que tem uma história de lutas em defesa de seus profissionais e da democracia, visando sempre o bem da sociedade".

OAB/MT Mulher - Após as homenagens, a vice-presidente da OAB Mato Grosso e coordenadora da circulação 80 anos, Claudia Aquino, fez o lançamento estadual do projeto OAB Mulher, inspirado nos oito objetivos do milênio instituídos pela Organização da Nações Unidas cujas premissas básicas são o aprimoramento do empoderamento da mulher; a eliminação da violência contra a mulher; o engajamento da mulher nos processos de liderança; e o desenvolvimento de políticas de igualdade de gêneros.

Durante todo o dia as advogadas se reuniram para debater temas relacionados à igualdade de gêneros em Sorriso. Para finalizar, a presidente da Comissão do Direito da Mulher da OAB/MT, Juliana Nogueira, fez a leitura da Carta de Sorriso OAB Mulher resultante das discussões ocorridas no dia e que aborda questões como combate à violência doméstica e estratégias para melhorar o atendimento às mulheres vitimadas.

O projeto OAB/MT Mulher levantou uma bandeira: a instalação de uma delegacia da Mulher em Sorriso, proposta pela integrante da Comissão da Mulher, Isamara de Lima. Os temas foram debatidos o dia todo com a participação de homens e mulheres. A presidente da Comissão de Direitos da Mulher da Seccional, Juliana Nogueira, alertou para a estatística do Mapa da Violência do Governo Federal que indica Sorriso em segundo lugar em número de homicídios contra mulheres no Estado (feminicídio).

Cláudia Aquino explanou acerca do OAB/MT Mulher que seguirá por diversas subseções até o final de 2015, sendo que o lançamento foi marcado para Sorriso por sediar a circulação do Projeto OAB/MT 80 Anos no mês da mulher. "Queremos levantar bandeiras como essa, conforme a necessidade de cada região e fortalecer a luta das mulheres por igualdade, por melhores condições de trabalho, mais conhecimento, pelo seu empoderamento. Esse é o objetivo do OAB/MT Mulher, que é um 'braço' do projeto dos 80 anos da Seccional".

A integrante da Comissão de Direitos da Mulher de Sorriso, Isamara de Lima, relatou as preocupações locais reiterando a dificuldade com a falta de delegacia especializada para atender as vítimas de violência doméstica. A presidente da Comissão de Sociedade de Advogados, Yaná Gomes, abordou a importância da participação da mulher nos quadros da OAB/MT seja nas subseções ou comissões temáticas. A presidente do Conselho Municipal da Mulher de Sorriso, Heloísa Helena Volpato, se disse emocionada por saber que teria "uma forte instituição como a OAB como parceira nas suas lutas".

COMISSÕES

Peixoto de Azevedo recebe circulação com desagravo público

A OAB de Peixoto de Azevedo realiza a circulação do projeto OAB/MT 80 anos ocorrido no inicio de abril e a novidade desta circulação será a realização de um desagravo público. O ato é realizado pelas diretorias da OAB/MT, ESA/MT, CAA/MT, Tribunal de Defesa das Prerrogativas e Subseção de Peixoto, presidida pelo advogado José Ribeiro Júnior em defesa do advogado Rubem Vandoni.

Ele é acusado por desacato a uma servidora da comarca de Guarantã do Norte e condenado apesar da falta de provas. A Seccional reverteu a decisão inicial por meio do Habeas Corpus nº 2286/2014, em que o secretário-geral adjunto da OAB/MT, Ulisses Rabaneda, fez a sustentação oral em favor do advogado.

Os magistrados da Câmara Criminal do TJMT concederam a ordem para cassar os efeitos do acórdão proferido nos autos da Ação Penal nº 635/2013 (Turma Recursal Única), considerando que o advogado, em momento algum, praticou crime.

OAB/MT 80 anos terá parceria permanente com Bombeiros

A parceria entre a OAB/MT e o Corpo de Bombeiros no Projeto dos 80 anos da Seccional foi tratada em uma reunião entre o coordenador do Projeto OAB/MT Cidadania, que oferece serviços gratuitos em praça pública no último dia das circulações, Fábio Capilé, e o coordenador de Comunicação Social do CBM/MT, tenente-coronel BM Paulo Eduardo de Carvalho Wolkmer.

Capilé ressaltou a importância dessa união de esforços entre duas instituições de credibilidade social. "O papel do Corpo de Bombeiros é de grande relevância e toda a sociedade respeita e confia, assim como acontece com a Ordem". O advogado afirmou que na maioria das circulações os bombeiros estiveram presentes com exposições e apresentações.

O tenente coronel Wolkmer ressaltou que a Seccional é parceira há 15 anos no projeto Bombeirinhos do Futuro e abordou a satisfação em firmar esse compromisso. Completou que em, pelo menos, 17 cidades do interior onde há quartéis do Corpo de Bombeiros, será instalado um stand na circulação do Projeto OAB/MT 80 Anos para apresentar a história da instituição. "Vamos fazer também uma demonstração técnico profissional. Assim, podemos demonstrar um atendimento pré-hospitalar, primeiros socorros ou utilização de extintores e agentes de extinção de princípios de incêndio com um narrador explicando todos os passos".

OAB/MT Mulher está em consonância com programa da ONU

Um dia marcante na história da OAB/MT: 20 de março em que a advocacia de Mato Grosso estava reunida em Sorriso para discutir as propostas para o OAB Mulher, lançado na Subseção durante a circulação do OAB/MT 80 anos. Pela primeira vez, com foco nos princípios do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulher, advogadas, advogados, profissionais de outras áreas se reuniram por um dia inteiro para debater violência doméstica, empoderamento da mulher, seu engajamento nos processos de liderança e desenvolvimento de políticas de igualdade de gêneros. Desse encontro foi elaborada a Carta da OAB/MT Mulher de Sorriso com as ações a serem implantadas e com um convite aos homens a integrarem essa luta.

No mesmo dia, a ONU lançou uma campanha mundial - HeForShe (EleporEla) - para que os homens de toda parte do mundo se engajem a favor da igualdade de gêneros e do empoderamento das mulheres e meninas.

O fato foi comemorado pela vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino. "A nossa voz ecoou convocando homens para fazerem parte das Comissões do Direito da Mulher da Seccional e Subseções. Já temos alguns colegas que se engajaram e na discussão em Sorriso tivemos a participação integral do presidente da OAB/Sinop, Felipe Guerra. Nessa mesma data, quando conclamamos os colegas advogados para que se unam a nós, para juntos desenvolvermos ações para o empoderamento da mulher, em especial das advogadas, para eliminar toda forma de discriminação, combater a violência doméstica, familiar, social contra a mulher, a ONU lança campanha mundial".

O projeto OAB/MT Mulher foi planejado pela atual gestão desde a época da campanha e tem o apoio de toda a Diretoria. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, destacou que as advogadas são metade do número de ativos na Ordem e a estatística demonstra que vem crescendo. Ele parabenizou as mulheres dirigentes da Seccional que atuam

em defesa não apenas da advocacia, mas também da sociedade e das luta de gênero.

"Estamos antenados com os movimentos mundiais nesse sentido. Parabéns Cláudia Aquino de Oliveira, Juliana Moura Nogueira e a todos os envolvidos".

A presidente da Comissão da Mulher da OAB/MT, Juliana Nogueira, elogiou a Diretoria da OAB de Mato Grosso "pela sensibilidade de olharem para uma questão tão relevante como a da Mulher. A nossa comissão deseja êxito a esse projeto e manifesta todo apoio a essa causa. Nós advogadas queremos ser sujeitos ativos desse projeto. Podem contar conosco".

OAB 80 MULHER MATO GROSSO ANOS 1933-2013

ONU MULHERES
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

Baixe o aplicativo grátis.

DISPONÍVEL NA App Store

DOWNLOAD NO Google play

Março Sempre Mulher movimenta advogadas e advogados

A Comissão de Direito da Mulher, presidida pela advogada Juliana Nogueira, realizou uma extensa programação do "Março sempre Mulher 2014", com o apoio da diretoria da OAB/MT e em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso. A abertura ocorreu durante o Simpósio Internacional Humanismo, Psicanálise e Justiça, em parceria com a Superintendência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres onde foi lançada agenda de ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A nova diretoria da CDM também tomou posse como parte dos eventos do Março Mulher *(ver matéria na página 18)*.

O Março Mulher também foi lançado no Tribunal Regional do Trabalho e na Sala da OAB/MT do Fórum de Cuiabá. "A Caixa de Assistência, em parceria com a Ordem, Escola Superior de Advocacia, Comissão de Direito da Mulher e subseções estão de parabéns pelos trabalhos que vêm desenvolvendo em prol da advocacia mato-grossense. O "Março Sempre Mulher" é um evento grande, muito importante no que diz respeito à valorização das mulheres e merece ser destacado", destacou Maurício Aude.

Todos os eventos tiveram a presença da vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, que abordava o trabalho que vem sendo feito nas escolas de Cuiabá e de cidades do interior com palestras para os estudantes no projeto "OAB/MT e a Escola", além das motivações do novo projeto OAB/MT Mulher, cujo lançamento ocorreu durante a circulação do "Projeto OAB/MT 80 Anos" na Subseção de Sorriso/MT *(ver página 14)*.

Uma roda de conversa sobre a "A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres", apresentou três exposições em consonância com a ONU Mulheres: Empoderamento econômico; Participação nos espaços públicos de poder; e Essência feminina, entre outros.

Na programação foi realizado café da manhã para as servidoras do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e orientações sobre os direitos da mulher; vídeo-fórum de debate sobre temas relacionados às mulheres, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, no Sintep/MT. A Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT também participou do "III Encontro de Mulheres com Deficiência Visual", promovido pela Associação Mato-grossense dos Cegos, entre outras ações.

Diversidade de ações marca Março Mulher em VG

A Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT e a OAB de Várzea Grande realizaram orientações sobre os direitos da mulher em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, no Departamento de Água e Esgoto da cidade. Estavam presentes a presidente da CDM, Juliana Nogueira, a vice-presidente e secretária-geral, Mariana Ribeiro e Elisângela Del Nery; a presidente da OAB/VG, Flávia Moretti; a secretária-geral, Alexandra Nogueira; a presidente da Comissão de Direito da Mulher da Subseção, Vera Lúcia Arruda. Foram proferidas palestras sobre licença maternidade, direitos da mulher no âmbito do trabalho, além de assédio moral, proibição de revista íntima, direito à amamentação e também a violência doméstica. Também foi realizado um chá com bolo em homenagem às mulheres advogadas na sala da OAB/MT do Fórum de Poconé.

Dentre as atividades do Mês Março Sempre Mulher, a OAB de Várzea Grande realizou uma Roda de Conversa: "A Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres", na sede da Subseção, próxima à Prefeitura e Fórum da Comarca. Os temas abordados foram aqueles lançados pela Seccional no projeto OAB/MT Mulher em consonância com a Organização das Nações Unidas para as Mulheres, como combate à violência doméstica, empoderamento e participação feminina na política. Os debates resultaram a Carta da OAB/MT Mulher de Várzea Grande com as principais ações a serem efetivadas no município.

SUBSEÇÕES

Subseções realizam programações especiais no mês da mulher

Além das programações para a capital do "Março Sempre Mulher" com cerimônia de abertura, posse da diretoria da Comissão de Direito da Mulher, homenagens, vídeo-forum, happy hour, debates, e outros, o mês de março foi bastante movimentado no interior do Estado.

As programações do Março Sempre Mulher alcançaram não apenas as advogadas, advogados, mas outros operadores do Direito e o público em geral organizadas pelas subseções da OAB/MT que ofereceram todo tipo de serviço e homenagens às mulheres.

O destaque foi para Sorriso que ofereceu coquetel, fez palestra sobre o empoderamento da mulher e sediou a circulação do projeto OAB/MT 80 Anos e o lançamento do projeto OAB/MT Mulher com a participação de toda a diretoria.

A Subseção de Primavera do Leste, a Comissão do Direito da Mulher da OAB/MT, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Primavera do Leste, agentes de saúde, vereadores e a população se reuniram no dia 8 de março em uma caminhada contra a violência contra a mulher. O objetivo foi conscientizar a todos sobre a violência doméstica e abrir oficialmente o calendário de comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

Em Alta Floresta, foram realizadas palestras sobre "A mulher no mercado de trabalho", "Violência doméstica" e " Saúde da mulher", além de um café da manhã para advogadas e estagiárias em comemoração à data.

A subseção de Tangará da Serra ofereceu um chá da tarde para as advogadas com distribuição de brindes e realizou a 2ª Conferência Mulher Empreendedora com temas relacionados à motivação de talentos, qualidade de vida e inteligência emocional. A OAB/Lucas do Rio Verde também ofereceu um chá da tarde para as advogadas promovendo a sua integração.

A Subseção de Canarana realizou um evento envolvendo todas operadoras do direito da região, quais sejam advogadas, promotoria, fórum, polícias, conselho tutelar e dos cartórios.

A OAB de Nova Xavantina realizou curso de maquiagem e confraternização para as advogadas e na OAB/Paranatinga também houve comemoração com dicas de beleza. Na Subseção de Barra do Garças a programação contou com palestra.

Na Subseção de Pontes e Lacerda, foi organizada uma mesa redonda em um bairro da cidade com a participação de várias advogadas, envolvendo a comunidade. No período noturno foi realizado o II Happy Hour da Mulher na sede da OAB/Pontes com a participação das servidoras do fórum da comarca.

Em Rondonópolis, a programação contou com massoterapia, dicas de maquiagem e debate destinado às advogadas, bacharéis em direito, defensoras públicas, procuradoras, magistradas, promotoras de justiça, delegadas de polícia, servidoras públicas, esposas de advogados, entre outras convidadas e homenageadas. Foi recebida doação de fraldas descartáveis para entidade que acolhe gestantes e crianças no município (Fraternidade Francisco de Assis).

As ações que são realizadas há três anos pela Polícia Militar, Pastoral da Criança, dos Idosos e outras organizações

no bairro Boa Esperança ganharam o reforço de cinco advogadas da ***OAB/Sinop***. As profissionais atenderam a comunidade tirando dúvidas e orientando sobre assuntos relacionados à área criminal, separação de casais, pensão alimentícia, relação de empregados e patrões e aposentadorias. A ação teve participação de funcionários do Procon municipal.

COMISSÕES

Conquistas e homenagens marcam posse da Comissão da Mulher

A luta para promover a defesa da igualdade de gênero, a inclusão da mulher em todas as esferas, aumentando sua liderança e empoderamento e combatendo todo tipo de violência foram destacados pela nova presidente da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT, Juliana Nogueira, cuja posse no auditório da Seccional. O presidente e a vice-presidente da Ordem, Maurício Aude e Cláudia Aquino, também empossaram Mariana Ribeiro como vice-presidente da comissão e Elisângela Del Nery, secretária, assim como demais membros.

Maurício Aude destacou a evolução ocorrida no papel social da mulher desde as gerações dos avós e pais de todos os presentes e elogiou a dedicação das advogadas que atuam junto à OAB/MT. "Vocês não cuidam apenas dos encargos da OAB/MT, mas também representam a sociedade com sua força e ternura. Esse é o diferencial de vocês".

Juliana Nogueira reafirmou a missão da CDM em promover a defesa dos direitos da mulher, a inclusão social e política com acesso à informação e capacitação para o mercado de trabalho; afirmou que as homenageadas são exemplos. "Pelos altos cargos que estão alcançando, as mulheres têm o que comemorar sim, já que por muito tempo foram obrigadas a se manterem às margens das questões políticas".

Cláudia Aquino relatou a história da primeira mulher advogada que se tem notícia, Carfânia, que defendia com afinco suas causas e enfrentava preconceitos na antiga Roma. "Segundo o Sebrae, 52% dos empresários com menos de três anos e meio de atividades são do sexo feminino. A força empreendedora feminina é maioria em quatro das cinco regiões brasileiras. As mulheres estão movidas pela oportunidade, e não pela falta de alternativas".

Leonardo Campos homenageou as demais nas pessoas das ex-presidentes das Comissões da Infância e Juventude e de Direito da Mulher, Rosarinha Bastos e Ana Lúcia Ricarte. "Vocês representaram as brasileiras e mato-grossenses na luta intransigente em defesa da mulher e da criança e adolescente".

Homenagens - Foram homenageadas as advogadas Ingrid Eickoff (da OAB/VG), Janete Garcia (OAB/Pontes e Lacerda) e Rosarinha Bastos; a Irmã Denise (Casa Irmã Faustina); a deficiente visual e pedagoga Domingas Soares da Silva; a professora Marinalva Bispo de Carvalho; a empresária Zilda Pazini; a agente de saúde Dinorá Magalhães Arcanjo; a notária e membro da Anoreg, Nizete Asvolinsque e a delegada Débora Cardoso Santos. Elas receberam troféu com os seguintes dizeres: "Parabéns a você mulher que com a luta do dia a dia conquistou espaço em nossa comunidade com dignidade e respeito. É um grande privilégio compartilharmos a tua conquista! Essa é uma homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso ao Dia Internacional da Mulher".

Reunião de comissões aborda ações para 2014

Na primeira reunião dos presidentes das Comissões Temáticas da OAB/MT deste ano, sob a coordenação dos presidentes da Ordem, Maurício Aude, e das comissões, Leonardo Campos, também presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT), foram abordadas vitórias obtidas pela Ordem junto à Turma Recursal Única e à Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (ver reportagem de conquistas na página 21) e as ações planejadas para 2014.

O presidente da ESA/MT, Bruno Castro, antecipou alguns dos eventos previstos para 2014. Dentre eles estão a realização dos cursos de pós-graduação em Direito Empresarial e Tributário, em parceria com a Mackenzie, e em Prática de Direito Previdenciário, em parceria com o Instituto Nacional de Formação Continuada (Infoc); 1º Encontro dos Advogados Tributaristas de Mato Grosso; 1º Encontro de Direito Comercial de Mato Grosso. Bruno Castro também compartilhou a informação de que a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) convida advogados de todo o Estado a ministrarem palestras telepresenciais direto de São Paulo para todo o país. Os interessados devem entrar em contato com a ESA/MT e não precisam se preocupar com despesas de locomoção e hospedagem, as quais serão custeadas pela referida associação.

Em relação ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED), seu presidente, João Batista Benetti, divulgou que em janeiro de 2013 havia 2470 processos, foram autuados 805, julgados 389 e realizadas 110 audiências. De acordo com ele, uma correição foi realizada entre os dias 7 e 20 de janeiro deste ano e hoje há 2045 processos, sendo que o órgão cumpriu a meta em novembro de 2013 em relação aos processos sem julgamento autuados até 2008. João Benetti informou que não haverá mais prescrição de processos no TED.

Já o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Luiz da Penha, lembrou dos desagravos realizados no ano passado e disse que membros do tribunal estão fazendo um estudo preventivo sobre os regimentos internos de todos os órgãos das administrações e autarquias federais e estaduais. Para ele, há muitas questões que estão ferindo as prerrogativas dos advogados. Luiz da Penha também destacou que participará do segundo encontro nacional das prerrogativas e que em abril dará início à caravana das prerrogativas nas subseções que solicitarem a presença do TDP.

Os presidentes das comissões fizeram breve balanço das ações realizadas em 2013 e informaram o que pretendem concretizar no decorrer deste ano. A nova presidente da Comissão de Direito da Mulher, Juliana Nogueira, informou que a comissão, apesar de ter uma temática específica, também está aberta aos homens e explanou a todos sobre a programação da quarta edição do Março Sempre Mulher, em parceria com a OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT. O presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, comunicou que haverá Congresso Nacional de Direito Eletrônico em Cuiabá com palestrantes renomados de nível nacional, que abordarão as questões relacionadas ao peticionamento eletrônico, inclusive com curso sobre o PJe.

Já o presidente da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro Cesar A. dos Santos, disse que vem acompanhando de perto no TJMT a propositura de se criar mais varas de direito bancário, mas entende que a situação é difícil e que acredita na ampliação de juízes em cada vara. Informou também que a comissão possui um boletim bimestral contendo notícias de decisões judiciais de tribunais locais e superiores sobre a matéria disponível no site da OAB/MT (www.oabmt.org.br) no link "Comissões – Documentos". A pesquisa deve ser feita pelo nome da referida comissão.

Na avaliação do presidente da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos, Ivo Matias, é preciso verificar se realmente o Estado está atrasando os repasses destinados ao Tribunal de Justiça, trazendo prejuízos para a sociedade, bem como destacou que está preparando um dossiê para entregar a todos os órgãos públicos ressaltando a necessidade de se cumprir a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

A nova presidente da Comissão de Infância e Juventude, Marizete Bagatelli, frisou que conseguiu mais quatro integrantes para ajudar nos trabalhos e organizaria um planejamento estratégico para este ano, uma vez que tem recebido muitas denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

SUBSEÇÕES

Comissão consegue ferramenta de habilitação automática em Projudi

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, se reuniu com a Coordenadoria de Informática e o Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (Dapi) para tratar da habilitação de advogados nos processos do Projudi depois de uma atualização efetivada semana passada e que deu problemas. "Expusemos os problemas e conseguimos uma solução inicial. Será mantido um pedido de habilitação de forma automática e inserido um link para peticionamento quantas vezes o profissional precisar", observou.

A diretoria da OAB/MT, por meio da Codel, oficiou no Tribunal de Justiça a respeito da atualização do Processo Judicial Digital feita no último dia 20 de março, que provocou transtornos para os profissionais da advocacia. "A alteração ocorreu no perfil do advogado. Muitos não estavam conseguindo peticionar e procuraram a Seccional para reclamar. Quando efetuavam o primeiro pedido de habilitação no processo e não eram habilitados nos autos pela secretaria e não conseguiam fazer outros pedidos", explicou.

Pagamento de honorário em alvará pode ser separado

A OAB/MT e a Comissão de Juizados Especiais informam ser possível o recebimento de honorários advocatícios em alvará separado dos valores devidos aos respectivos clientes. A informação foi recebida, durante reunião entre OAB/MT, Cojesp e Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

As diretorias da Ordem e da comissão frisaram aos magistrados presentes na reunião que a maioria dos jurisdicionados que se socorrem dos juizados especiais não possui conta em agência bancária, ocasião em que os valores das indenizações são depositados diretamente na conta de seus procuradores. Para a diretoria da Cojesp, esse procedimento acarreta prejuízos aos profissionais da advocacia quando da declaração de imposto de renda, porque precisam declarar um valor que efetivamente não receberam.

A Seccional e a Cojesp foram informadas pelo juiz Alex Nunes de Figueiredo que basta o advogado peticionar ao juiz requerendo o depósito de seus honorários em conta própria (via TED) e, quanto aos valores dos clientes, que o pagamento seja feito via cheque administrativo.

Para tanto, é necessário juntar aos autos um contrato assinado entre ambos para comprovar o fato.

Na avaliação da Ordem e Cojesp, o ato também serve para comprovar a prestação de contas com seus clientes.

Mutirões de conciliação atendem Comissões

A Central de Conciliação da Capital agendou para este ano 12 mutirões e essa iniciativa vem ao encontro da expectativa e reivindicações apresentadas pela diretoria da OAB/MT e por representantes de Comissões desde o ano passado. O trabalho da Central de Conciliação do TJMT vem sendo acompanhado desde sua implantação pelo presidente da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB/MT, João Paulo Moreschi. "Precisamos que os conciliadores tenham sensibilidade e capacitação técnica para conduzir as audiências ao melhor acordo entre as partes, bem como carecemos da disposição e interesse dos advogados em conciliar".

O presidente da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro Cesar A. dos Santos, participou de reuniões com a direção do Foro para propor melhorias nas Varas de Direito Bancário.

"Os números indicam que os resultados têm sido muito satisfatórios, apesar de ainda existir resistências, em razão do desconhecimento por parte do cidadão do que é e como funciona uma mediação. Cabe criar a consciência coletiva de que a conciliação é um caminho sem volta".

Para o presidente da Comissão de Juizados Especiais, Giorgio Aguiar Silva, "toda medida para se desafogar o Poder Judiciário é bem-vinda e os mutirões fazem parte disso. Todavia a conscientização das partes é essencial, a de que mais vale um bom acordo do que um longo litígio que ao final sempre desagrada uma das partes".

PROGRAMAÇÃO

Abril
9 a 11 – Bradesco (Varas Cíveis)
28 e 29 – OI (Juizados Especiais)

Maio
1ª semana – TIM (Juizados Especiais)
12 e 13 – Banco do Brasl (Processual)
26 a 30 – Dpvat (Varas Cíveis)

Junho
2 a 6 – IUNI/UNIC (pré-processual)

Julho
22 a 25 – Avianca/OceanAir (Juizados Especiais)

Agosto
4 a 8 – GOL (Juizados Especiais)
18 a 22 – Dpvat (Varas Cíveis)

Setembro
22 a 26 – Atlântico Fundo de Investimentos

Dezembro
1 a 5 – Semana da Conciliação com Dpvat e UNIC (Juizados Especiais e pré-processual)

SUBSEÇÕES

Proposta de Comissão de Estudos Tributários é aprovada

A Comissão Especial de Estudos Tributários do Conselho Federal da OAB acatou a proposição da OAB/MT de buscar garantir vagas nos órgãos de julgamentos administrativos tributários, a exemplo do que já ocorre em alguns estados e municípios. O pleito foi apresentado pela diretoria e o presidente da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da Seccional, Darius Canavarros Palma, que também é membro da comissão nacional. A proposta deve ir ao Pleno do Conselho Federal para votação.

O advogado defendeu a importância da participação da OAB como representante dos cidadãos nos Conselhos de Julgamentos Administrativos Tributários (Conselhos de Contribuintes) nas esferas federal, estadual e municipal. "Esses órgãos têm natureza paritária e são compostos tanto por representantes do fisco, como do cidadão que paga impostos, que é representado por entidades de classe como Federação das Indústrias, do Comércio. Em Mato Grosso, a OAB/MT tem assento no Conselho de Contribuintes da Secretaria de Fazenda e também no município de Cuiabá. A nossa ideia é expandir essa representatividade e buscar garantir assentos em todos os conselhos para melhor defender a sociedade nesse quesito".

Voto - No voto, o relator José Gomes de Lima Neto observa que a administração tributária, de forma unilateral, fiscaliza, constitui, cobra, arrecada e gerencia todo o crédito tributário, sem que o contribuinte tenha qualquer intervenção. A Constituição Federal, em seus artigos 5º e 150, garante ao cidadão a sua ampla defesa em sede administrativa, porém, quando um contribuinte faz uma reclamação ou impugnação, "é, normalmente, o próprio fisco, através de um auditor, que realiza a análise e julgamento do reclame em primeira instância administrativa. (...) No nosso entendimento, a OAB, enquanto mais um órgão de representação dos contribuintes nesses colegiados, contribuiria significativamente tanto no aprimoramento e qualidade das decisões administrativas ali emanadas quanto no equilíbrio e isonomia necessários aos órgãos julgadores com a mencionada formação paritária". Assim, o advogado concordou com a proposta da OAB/MT e destacou que o Conselho Federal pode dialogar com os Poderes constituídos para alterar a legislação e pleitear vagas junto aos conselhos administrativos tributários.

Realidade em MT - A OAB/MT possui assento no Conselho de Contribuintes da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso desde 2010, quando o advogado Darius Canavarros assumiu a cadeira. Desde então, o representante da Seccional participou de diversos debates e apresentou estudos, em especial, acerca do projeto de lei que visava alterar a Lei Estadual nº 7.098/1998, que trata do Processo Administrativo Tributário no Estado buscando aprimoramento da área. Uma das polêmicas ocorridas em 2011 foi a proposição de extinguir o Conselho de Contribuintes da Sefaz/MT, o que para a OAB/MT e as instituições que dele fazem parte, seria um retrocesso para a própria sociedade.

Advogados atendem população no dia Internacional do Consumidor

A Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MT esteve presente no evento que comemorou o Dia Internacional do Consumidor (14 de março) na Praça Alencastro em Cuiabá. O presidente da CDC, Carlos Rafael Carvalho, ressaltou a parceria firmada com o Procon/MT e demais entidades para orientar gratuitamente a população. Também esteve no evento presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/MT, Marcos Avallone.

A OAB/MT orientou e atendeu cerca de 107 consumidores. Também foram entregues cartilhas da Comissão de Defesa do Consumidor por membros da Comissão. Conforme o Procon, o evento atraiu um grande número de pessoas que foram ao local para usufruir dos serviços oferecidos que também contava com emissão de documentos, corte de cabelo, na área de saúde, atividades educativas, orientação nutricional e atrações culturais. Além da OAB/MT, entre os parceiros estavam o Detran/MT, Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas/MT), Sistema Nacional de Emprego (Sine/MT), Secretaria de Segurança Pública (Sesp/MT) e Ouvidoria Geral do Estado. (Com informações do Procon/MT)

Projeto Eleições Limpas será retomado

As diretorias da OAB/MT e da Comissão de Direito Eleitoral, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos, retomaram as ações referentes ao Projeto Eleições Limpas em todo o Estado. Os presidentes da Seccional, Maurício Aude, da Comissão de Direito Eleitoral, Silvio Teles, e o vice-presidente da CDE, Jackson Coutinho, estiveram reunidos com o presidente do TRE/MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, para tratar sobre o assunto. "Iniciamos esse projeto em 2012 e realizamos diversas palestras em escolas e centros comunitários de Cuiabá e algumas cidades do interior. Colhemos frutos positivos, pois muitas pessoas puderam tirar dúvidas sobre os mais variados temas do direito eleitoral, tais como procedimentos para candidatura, o que fazer quando um cabo eleitoral estiver tentando comprar votos ou panfletando a favor de determinados candidatos, dentre outros", registraram.

Silvio Teles informou que a Comissão de Direito Eleitoral está organizando um cronograma de palestras e visitas e que a intenção é tentar iniciar os trabalhos de conscientização da população sobre a importância do voto limpo já no começo de junho.

Ciclo de estudos e evento em BSB - O presidente da Comissão de Direito Eleitoral (CDE) da OAB/MT, Silvio Queiroz Teles, advogados e advogadas participaram do Ciclo de Estudos em Direito Eleitoral – Eleições 2014, realizado gratuitamente nos dias 20 e 21 de março pela Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso (EJE-MT). Durante o evento, expositores renomados abordaram temas relevantes e polêmicos como: "Principais aspectos das resoluções do TSE para as Eleições de 2014", "Registro de Candidaturas", "Financiamento de campanhas eleitorais", "Poder de polícia na propaganda eleitoral" e a "Minirreforma eleitoral, Lei nº 12.891/2013".

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT e membro da Comissão nacional, Sílvio Queiroz Teles, e o vice-presidente Jackson Coutinho, participaram também do "Encontro de ministros e juízes eleitorais egressos da Advocacia", no último dia 21 de março, em Brasília, na sede do Conselho Federal da OAB. Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, João Otávio de Noronha, Henrique Neves, Luciana Lóssio, Admar Gonzaga e Tarcísio Vieira de Carvalho Neto ministraram palestras. Também estiveram presentes o desembargador presidente do TRE/MT, Juvenal Pereira da Silva, e os juízes advindos da advocacia mato-grossense André Pozzeti e André Stumpf.

SUBSEÇÕES

Comissão de Direitos Humanos denuncia falha em transporte de pacientes

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MT, Betsey Miranda, encaminhou ao Ministério Público (Promotoria de Justiça e Cidadania) e Secretarias de Saúde do Estado e de Várzea Grande, denúncia de má prestação de serviço de transporte de pacientes com insuficiência renal que pode acarretar em graves riscos para as pessoas.

Os fatos chegaram ao conhecimento da advogada por meio de um paciente e sua mãe. Eles contaram que o transporte era feito em um veículo cedido pela Secretaria de Estado e há cerca de um ano o município assumiu o serviço. Denunciaram superlotação (onde cabem 10, são transportados 17 pacientes), ficando alguns no bagageiro da van, em pé ou sentados nos pneus. "Quando o referido veículo quebra, dá defeito ou fica sem gasolina ficam todos sem fazer tratamento. Quando raramente é substituído, o é por uma Kombi, onde cabem apenas seis pessoas, ficando as demais sem poder fazer a hemodiálise". Eles disseram que reclamaram para o chefe de transporte, que foram mal tratados; que procuraram a Associação de Pacientes em Insuficiência Renal, Defensoria Pública em Várzea Grande, encaminharam a denúncia às Secretarias Municipal e Estadual e não tiveram nenhuma solução.

"Por isso, eles decidiram procurar a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MT para buscar apoio e exigir medidas capazes de coibir tais ações. O transporte dos pacientes até a Clínica de Hemodiálise é benefício que lhes é facultado legalmente. Assim, enviamos a denúncia aos órgãos com um vídeo que nos entregaram e esperamos resposta urgente. Esses pacientes não podem ficar sem atendimento adequado sob pena de colocar em risco sua saúde e sua vida", finalizou Betsey Miranda.

Cidadão agredido - Betsey Miranda também pediu providências junto ao corregedor-geral da Polícia Militar, coronel Alexander Torres Maia, em virtude de um cidadão ter sido agredido por policiais militares em fevereiro deste ano quando trafegava com sua motocicleta na Rua Marechal Deodoro com a Rua Cândido Mariano. "Recebi a denúncia de que à época, policiais o mandaram descer do veículo com extrema truculência, fato presenciado por seu vizinho, o qual avisou seus familiares para que fossem socorrê-lo. Os policiais militares justificaram a agressão sob o argumento de que seu celular era produto de furto e o encaminharam ao Cisc Planalto para responder por abusos, embriaguez, direção perigosa, desobediência e resistência à prisão". Segundo o boletim de ocorrência, as lesões teriam sido sofridas por conta de queda da moto, "o que não é verdade, eis que as fotos da moto mostram que ela não possui nenhum arranhão", disse a presidente da CDH. Betsey Miranda acrescentou que o laudo pericial comprovou lesões corporais, mas o exame de embriaguez nada detectou.

Conquistas são ressaltadas durante entrega certidões

A Seccional, por meio da Comissão do Jovem Advogado (Cojad), entregou certidões de carteiras profissionais para 59 advogados e 115 estagiários. A solenidade ocorreu no auditório da OAB/MT e contou com o apoio da Escola Superior de Advocacia (ESA/MT) e Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT). Durante o evento, o presidente da Ordem, Maurício Aude, ressaltou três fundamentais conquistas da instituição para a advocacia ao longo deste mês.

A primeira delas foi a reforma de sentença, na Turma Recursal Única, em favor de um advogado de Sinop condenado por danos morais por um magistrado porque fez um pedido de providências junto à Corregedoria-Geral da Justiça para buscar celeridade aos processos do juizado especial, colacionando ações impetradas pelo juiz que tiveram rápido andamento na unidade (50 e 76 dias).

No segundo caso, a OAB/MT conseguiu cassar os efeitos do acórdão proferido nos autos da Ação Penal nº 635/2013 em que um advogado de Guarantã do Norte havia sido condenado a seis meses de reclusão acusado de desacato à gestora da secretaria judicial; e o terceiro foi o trancamento de ação penal pela Primeira Câmara Criminal do TJMT contra um advogado de Sinop por suposta falsidade ideológica decorrente de pedido de concessão de justiça gratuita indeferido.

O conselheiro estadual e presidente da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos da OAB/MT, Ivo Matias, parabenizou os novos advogados e estagiários, ressaltou a todos que a profissão é

a única constitucionalmente reconhecida e frisou a importância de todos atuarem com confiança, competência, compromisso e comprometimento e, principalmente, estudarem os regimentos internos do Conselho Seccional e do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MT.

Conselheiro estadual assume prefeitura de Cuiabá

O conselheiro estadual pela OAB/MT e procurador do Estado Rogério Luiz Gallo tomou posse como prefeito interino de Cuiabá, na Câmara de Vereadores, e permanecerá no cargo até o próximo dia 5 de abril em virtude do prefeito, Mauro Mendes, ter se licenciado para realizar um procedimento cirúrgico de doação de rim para sua esposa.

Rogério Gallo informou que continuará o desenvolvimento de programas e projetos da administração e resolverá as demandas que eventualmente surgirem.

"Manterei o diálogo com as instituições e com a sociedade visando dar transparência a todas as ações", pontuou.

SUBSEÇÕES

OAB/Jaciara pede operação emergencial em BR 364

A diretoria da OAB de Jaciara requereu operação emergencial eficaz na BR 364 no trecho que liga a cidade à Juscimeira, "sob pena de grave risco de vida dos cidadãos que necessitam e trafegam pela referida rodovia", ao superintendente regional do Dnit em Mato Grosso, Luiz Antônio Garcia. Assinaram o documento, além do presidente da Subseção, Claudinei da Silva Pinto Junior, representantes de várias entidades municipais. Eles expuseram a preocupação com os acidentes no trecho que já vitimou muitas pessoas, "devido aos buracos, má sinalização, trecho inacabados, mato alto cobrindo a beira da pista, pontes sem proteção, iluminação precária nas travessias urbanas de Jaciara e Juscimeira, além do congestionamento e longas filas de caminhões e veículos leves que diuturnamente vem ocorrendo devido aos buracos que até mesmo chegam a ocupar a pista toda".

A Subseção de Jaciara já requisitou por diversas vezes soluções urgentes para a rodovia e destaca no documento que os serviços de tapa buracos feitos no local foram paliativos e não trouxeram segurança aos pedestres e motoristas que por ali trafegam. Assim, pediram recapeamento do trecho, sinalização adequada, limpeza, iluminação pública e o início das obras do anel viário na duplicação da BR 364 em Jaciara, para que desvie o fluxo dos mais de 18 mil veículos que trafegam pelo local. O superintendente do Dnit respondeu que equipes seriam mobilizadas para executar serviço de reperfilamento na travessia urbana de Jaciara e colocará placas. Explicou que há problemas de disponibilidade de materiais na região (pedrisco) e estimou um prazo de 30 dias para o serviço, que considera paliativo já que o Dnit terá de licitar o restante.

Segurança em Correios - O presidente da Subseção de Jaciara, Claudinez Junior, encaminhou novo ofício ao diretor regional dos Correios reiterando o pedido para que seja instalada na agência do município uma porta giratória, bem como haja a designação de um segurança para atuar no local. O pleito é baseado na preocupação que a sociedade do Vale do São Lourenço vem demonstrando em virtude dos constantes assaltos que já ocorreram dentro da unidade. "Enormes são as cobranças e pressões da população para sanar os assaltos e roubos. Já recebemos informações de que a unidade dos Correios em Jaciara se enquadra na matriz de baixo risco e que possui todos os equipamentos de segurança, porém, eles não têm logrado êxito em afastar ou coibir os assaltos e roubos que ocorreram posteriormente ao nosso pedido feito em 2013", informou Claudinez Junior. O ofício encaminhado ao diretor regional dos Correios contém cópias de boletins de ocorrências registrados por moradores de Jaciara.

Seccional presente em Seminário sobre Desenvolvimento Econômico em Sorriso

Membros da OAB/MT, das Subseções de Sorriso e de Sinop participaram do 1º Seminário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso e seus reflexos no Sistema Judicial, realizado em Sorriso. O presidente da Subseção, Evandro Silva, integrou a mesa de autoridades. O conselheiro estadual da OAB/MT e representante da entidade na Comissão de Assuntos Fundiários da Corregedoria do Tribunal de Justiça, Wilson Maciel, e o presidente da Comissão de Estudos das Questões do Agronegócio, Paulo Helene Lessa e o presidente da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro César dos Santos também estiveram presentes.

A OAB Sinop foi representada pelos advogados Vinicius Mota (presidente da Comissão de Direito Ambiental), Orlando Júlio (presidente da Comissão de Agronegócio), Rodrigo Sartori (membro da Comissão de Agronegócio), Henei Casagrande (membro da atual Diretoria e tesoureiro) e Soraide Castro (Conselheira Estadual da OAB).

O evento contou com autoridades do Poder Judiciário, ministros dos Tribunais Superiores, juízes, promotores, advogados, produtores rurais e sociedade civil organizada.

Durante o seminário os participantes tiveram a oportunidade de conhecer as mais diversas obrigações e direitos ligados às atividades do agronegócio, principalmente as referentes à agricultura e pecuária entre outras atividades que envolvem o segmento. O evento também discutiu temas como as obrigações e os direitos ligados às áreas do Direito Ambiental, Fundiário, Trabalhista, Tributário e Administrativo, financiamentos rurais, alimentos transgênicos e segurança alimentar; além da preocupação dos produtores rurais com a extrema burocracia enfrentada em órgãos públicos quando o assunto é regularização ambiental e fundiária.

TDP pede apuração em caso de advogado ameaçado

Os presidentes da OAB/MT, Maurício Aude, e do Tribunal de Defesa de Prerrogativas, Luiz da Penha, encaminharam ofício ao secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, solicitando apuração urgente acerca da tentativa de homicídio em face de um advogado de Pontes e Lacerda que teve seu escritório e residência alvos de tiros. "Encaminhamos cópia do requerimento e documentos protocolizados nesta Seccional, pelo advogado, requerendo providências quanto aos fatos narrados, bem como para salvaguardar a vida e a integridade física do advogado".

O advogado informou que um atirador efetuou disparos de arma de fogo em direção ao seu escritório e que ele estava no local. Ressaltou que atua em processo de conflito agrário e que já recebeu ameaças das partes contrárias. O carro usado pelo profissional também foi atingido. Foram encontrados seis cápsulas de projéteis. "É necessário que as autoridades de segurança pública tomem atitudes enérgicas, no sentido de apurar quem está envolvido, sob pena das práticas criminosas se tornarem um hábito no estado democrático de direito", sublinhou o advogado.

SUBSEÇÕES

OAB/Lucas debate telefonia celular em audiência pública

A Subseção de Lucas do Rio Verde se fez presente na audiência pública na Câmara municipal para discutir os problemas apresentados pela Operadora de telefonia celular Vivo. O presidente da Subseção, Abel Sguarezi convida todos os advogados, advogadas, estagiários e acadêmicos a comparecerem na reunião. A audiência foi organizada pelo Procon em parceria com a OAB/Lucas, Promotoria de Justiça e Defensoria Pública. E a Câmara de Vereadores cedeu o espaço físico.

Doação ao Lar Bom Samaritano - A OAB/Lucas, por meio do Projeto OAB Solidária, entregou no mês de fevereiro alimentos e produtos de limpeza ao Lar Bom Samaritano do município. De acordo com a secretária-geral da subseção, Danusa Oneda, o auxílio advém da Feijoab Solidária, a qual teve sua primeira edição em maio do ano passado e sua segunda edição está programada para 31 de maio deste ano.

O lar já havia recebido donativos, mas, em virtude de acolher número superior de pessoas que o normal, houve nova doação de alimentos no montante de R$ 1 mil. As doações limitam-se ao valor arrecadado pela Feijoab e não tem um número máximo de ocorrências mensais. "A OAB Solidária não presta somente este auxílio material, mas seus colaboradores (advogados) participam dos eventos beneficentes promovidos, por exemplo, pela Apae, prefeitura e demais entidades. A OAB Solidária é um projeto que deu muito certo, com gratificação imensurável para cada um que doa um pouco do seu tempo. Em contrapartida, acaba por unir a própria classe dos advogados", informou Danusa Oneda.

OAB Sinop firma convênio com hospital

A Subseção de Sinop firmou parceria com o Hospital e Maternidade de Dois Pinheiros. De acordo com o delegado da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) em Sinop, Bruno Robalinho Estevam, a parceria prevê descontos de 20% em taxas, diárias e exames de diagnóstico por imagem. "O convênio beneficia advogados e dependentes. É uma parceria ampla, que disponibiliza vantagens para atendimento na área da saúde em uma instituição que oferece uma grande estrutura. Há tempos queríamos fechar um convênio desse porte".

O contrato foi entregue pelo presidente CAA/MT, Leonardo Campos, à administradora Lourança Barth e à gestora de mercado, Carmen Fabiane Dahmer, que representaram a diretoria do hospital durante cerimônia realizada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. "A Subseção de Sinop tem se destacado devido ao seu trabalho junto a Caixa e já alcança o número de 105 convênios. Percebemos avanço na estrutura física e humana. As parcerias são amplas e oferecem vantagens para os advogados nos mais variados segmentos", acrescentou.

OAB/Rondonópolis contribui para planejamento do Judiciário

A diretoria da OAB de Rondonópolis participou da audiência pública realizada no Tribunal do Júri pelo Poder Judiciário para elaborar o Planejamento Estratégico para os anos de 2015 a 2020.

O presidente da Subseção, Ronaldo Batista Pinto Júnior, apontou os problemas que afetam o trabalho dos advogados e ressaltou as dificuldades quanto à expedição de alvarás judiciais. "Citamos a construção urgente de um elevador para portador de necessidades especiais e a possibilidade de climatizar a área externa das varas criminais".

Ele reconheceu que com a recente promoção de juízes para Rondonópolis foi solucionado o problema de falta de magistrados, mas o número de servidores é o suficiente, apesar de reconhecer que a comarca já possui o permitido por lei.

"Sugerimos ao desembargador presidente o investimento em qualificação profissional voltado para servidores para melhorar o atendimento e a organização no trabalho", finalizou.

O desembargador presidente Orlando Perri disse que instalará um elevador para uso de PNEs, gestantes e idosos, já que hoje existe uma rampa que não atende aos critérios atuais de acessibilidade. Segundo o magistrado, em 2013 o Poder Judiciário recebeu 422.705 novos casos e julgou 333.611, ou seja, 79% da quantidade de total de processos distribuídos.

Nos Juizados Especiais, no mesmo período, entraram 110 mil processos e foram julgados 107 mil.

TRT/MT disponibiliza consulta à pauta do PJe

Desde de março, advogados e demais usuários da Justiça do Trabalho de Mato Grosso já podem consultar a pauta completa das audiências marcadas diariamente em todas as 38 varas trabalhistas. O serviço, que era disponibilizado para os processos físicos, não existia no sistema do PJe, limitando assim aos advogados a visualização das pautas das audiências somente dos processos em que atuavam. Atento à solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil mato-grossense, o Comitê Gestor do PJe no TRT/MT encaminhou a demanda à área de Tecnologia da Informação do Tribunal.

Os esforços da equipe técnica resultaram na implementação da funcionalidade, que pode ser acessada a partir do banner PJe na página do TRT na internet. A visualização de todas as pautas está disponível no opção "Consulta Pauta de Audiências", que possibilita o acesso às informações por data, vara e por foro trabalhista.

Advogado, seu escritório já tem um site?

Se sua resposta for NÃO, você está fora do mercado!

Não perca mais tempo, faça seu site agora.

Conheça o Site do **Advogado**

Apenas 3x R$ 500,00

Convênio com a CAA-MT
15% de desconto à vista ou
10% de desconto a prazo.

Pacotes com Mobile incluso

65 3622-4491 65 9966-1250
euquero@sitefacilgora.com.br
Rua Professor Américo Brasil, 134
Sl 08 - Baú - Cuiabá - Mato Grosso

sitefácil www.agora.com.br